



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº E-35/067/4/2019, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS, ATRAVÉS DO PROEIS, CONFORME A LEI ESTADUAL Nº 6.162/12, O DECRETO ESTADUAL Nº 42.875/11, ALTERADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 43.309/11, O DECRETO ESTADUAL Nº 43.131/11, O DECRETO ESTADUAL Nº 43.538/12, ALTERADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 23/18 E PELO DECRETO ESTADUAL Nº 46.646/19, BEM COMO PELA ALÍNEA "b", INC. II, ART. 65, DA LEI 8.666/93, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.598.600/0001-71, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.690.668/0001-02, com sede na Rua Evaristo da Veiga, nº 78 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.031.040, doravante denominada **SEPM**, neste ato representada pelo seu **SECRETÁRIO DE ESTADO, CORONEL POLICIAL MILITAR LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**, casado, ID Funcional nº 2415114-9, portador da cédula de identidade RG nº 52.787 – PMERJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 016.439.477-02, e a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 2655 – CEP: 20.210-030 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.210-030, doravante designada **CEDAE**, neste ato representada por seu **DIRETOR PRESIDENTE, LEONARDO ELIA SOARES**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 082417296 – IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.610.617-60, no uso de suas atribuições legais **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, observando o contido, no que couber, na Lei 8.666/93, na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Estadual nº 6.162, de 09 de fevereiro de 2012, no Decreto Estadual nº 42.875, de 15 de março de 2011, alterado pelo Decreto nº 43.309, de 24 de novembro de 2011, no Decreto Estadual nº 43.131, de 11 de agosto de 2011, no Decreto Estadual nº 43.538, de 03 de abril de 2012, alterado pelo Decreto Estadual nº 23, de 19 de setembro de 2018 e pelo Decreto Estadual nº 46.646, de 02 de maio de 2019, bem como na Diretriz PMERJ nº 014, de 08 de abril de 2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- a) Alterar a Cláusula Quarta do **TERMO DE COOPERAÇÃO** dando nova redação aos parágrafos nono, décimo, décimo primeiro e décimo segundo, bem como para inclusão de novo parágrafo que versa sobre o pagamento de turnos administrativos;
- b) Alterar a Cláusula Quinta do **TERMO DE COOPERAÇÃO** para inclusão de nova redação do Parágrafo Único que estipula prazo para adoção de medidas pelo atraso do repasse de verba;
- c) Alterar a Cláusula Oitava do **TERMO DE COOPERAÇÃO** para dar nova redação ao parágrafo quarto no que tange ao padrão de grafismo nos veículos utilizados, bem como a inclusão de novo parágrafo no que tange à utilização nas atividades do presente termo;



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



- d) Alterar a Cláusula Décima Segunda do **TERMO DE COOPERAÇÃO** no tocante à suspensão das atividades em caso de atraso de repasse de verba;
- e) Alterar a Cláusula Décima Primeira do **TERMO DE COOPERAÇÃO** no tocante à suspensão das atividades em caso de atraso de repasse de verba;
- f) Incluir duas novas cláusulas com as seguintes alterações: i) alteração da redação da Cláusula Décima Sétima que trata da competência do foro para dirimir litígios referentes ao **TERMO DE COOPERAÇÃO**, para incluir nova cláusula que irá versar sobre o tratamento e proteção de dados pessoais; ii) criação da Cláusula Décima Oitava que disporá sobre a política anticorrupção, com a consequente renumeração das cláusulas subsequentes.

Desta forma, as disposições quanto ao foro e a publicação e controle do Termo de Cooperação passaram ser descritas nas Cláusulas subsequente, ou seja, na Cláusula Décima Oitava e na Cláusula Décima Nona, de forma respectiva.

- g) Conforme estipulado na Cláusula Nona prorrogar por mais 12 (doze) meses o **TERMO DE COOPERAÇÃO Nº E-35/67/11/2019**, a partir da data de assinatura deste **2º TERMO ADITIVO**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

A Cláusula Quarta do Termo de Cooperação celebrado através do Processo Nº E-35/067/4/2019, em virtude de nova redação aos parágrafos nono, décimo, décimo primeiro e décimo segundo, bem como para inclusão de novo parágrafo que versa sobre o pagamento de turnos administrativos, passará a ter a seguinte redação:

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Para fins de consecução dos objetivos do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, a **CEDAE** repassará, mensalmente, à **SEPM**, a quantia correspondente ao emprego do efetivo policial militar, conforme os critérios definidos pela **LEI ESTADUAL Nº 6.162, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012**, pelos artigos 4º e 6º do **DECRETO ESTADUAL Nº 42.875, DE 15 DE MARÇO DE 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**, pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 03 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018**, bem como pelas disposições do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e do seu **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar, segundo a tabela a seguir:

- a) R\$ 555,16 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- b) R\$ 370,10 (trezentos e setenta reais e dez centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- c) R\$ 277,58 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;

*[Handwritten signature]*



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



- d) R\$ 444,12 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- e) R\$ 296,08 (duzentos e noventa e seis reais e oito centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- f) R\$ 222,26 (duzentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- g) R\$ 333,09 (trezentos e trinta e três reais e nove centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- h) R\$ 222,06 (duzentos e vinte e dois reais e seis centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- i) R\$ 166,55 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco reais) por turno de 06 (seis) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ao valor do turno pago ao policial militar do serviço ativo escalado que atuar na atividade operacional, objeto deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:

- a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia;
- b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Conforme detalhado no **PLANO DE TRABALHO** os policiais militares que estiverem diretamente envolvidos nas funções de Coordenação ou Fiscalização do policial militar empregado nas atividades objeto do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, perceberão gratificação nos termos do **DECRETO ESTADUAL Nº 42.875 De 15 De Março De 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, De 24 De Novembro De 2011**, do **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 3 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018**, bem como pelas disposições deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** e do seu **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar, cabendo a Coordenadoria do PROEIS a distribuição dos turnos dentro dos níveis A, B, C, segundo a tabela a seguir:

- a) R\$ 555,16 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- b) R\$ 370,10 (trezentos e setenta reais e dez centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- c) R\$ 277,58 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



- d) R\$ 444,12 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- e) R\$ 296,08 (duzentos e noventa e seis reais e oito centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- f) R\$ 222,26 (duzentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- g) R\$ 333,09 (trezentos e trinta e três reais e nove centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- h) R\$ 222,06 (duzentos e vinte e dois reais e seis centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- i) R\$ 166,55 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) por turno de 06 (seis) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ao valor do turno pago aos policiais militares do serviço ativo que estiverem diretamente envolvidos nas funções de coordenação ou fiscalização dos policiais militares empregados nas atividades objeto deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:

- a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia;
- b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O valor global, relativo ao período de vigência do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, é de **R\$ 1.203.077,76** (um milhão, duzentos e três mil, setenta e sete reais e setenta e seis centavos), conforme Orçamento Fiscal da **CEDAE** para o exercício de 2020/2021, e não ultrapassarão o valor mensal de **R\$ 100.256,48** (cem mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos), referente ao limite máximo de **272** (duzentos e setenta e quatro) turnos por mês de 12 (doze) horas, nas atividades objeto do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e seu **PLANO DE TRABALHO**, já incluídos até **24** (vinte e quatro) turnos que serão utilizados para atender demandas administrativas/operacionais e atividades de fiscalização e de controle decorrentes do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A referida quantia mensal será repassada pela **CEDAE** à **SEPM** até o 5º (quinto) dia útil após a devida atestação prevista nos Parágrafos Nono e Décimo desta Cláusula, sendo a primeira devida no mês seguinte ao da assinatura deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



**PARÁGRAFO SEXTO:** Os recursos repassados pela CEDAE só serão utilizados para pagamentos das despesas previstas no presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e os saldos não utilizados serão, obrigatoriamente, devolvidos à CEDAE.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do **TERMO DE COOPERAÇÃO** e aplicados, exclusivamente, na sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a Prestação de Contas.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Os recursos repassados não poderão ser utilizados em fins políticos de qualquer natureza, bem como em benefício de candidatos a cargo eletivo nas eleições.

**PARÁGRAFO NONO:** Para apurar o cálculo do efetivo repasse mensal, a SEPM encaminhará à Comissão instituída na **Cláusula Décima Primeira** deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, até o 5º (quinto) dia útil posterior ao encerramento de cada mês, planilha com o número de turnos realizados por cada policial militar no respectivo período e os montantes devidos pelo emprego de cada um dos integrantes do efetivo disponibilizado e que efetivamente for utilizado pela CEDAE naquele período, sem obrigatoriedade de utilização de efetivo da SEPM ou vinculação de pagamento mínimo obrigatório em caso de não utilização do efetivo policial militar.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Quando a CEDAE utilizar efetivo policial militar em qualquer proporção será devidos os turnos para custeio das demandas administrativas, operacionais e de atividades de fiscalização e controle, que serão pagos nos níveis A, B e/ou C, em consonância com o total de turnos utilizados, de acordo com a demanda e seguindo critérios da Coordenadoria do PROEIS.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Atestado pela Comissão mencionada no parágrafo anterior o efetivo emprego dos policiais militares segundo os turnos especificados na planilha, também referida no parágrafo anterior, o montante total correspondente será transferido à SEPM em conta corrente vinculada ao presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e especialmente aberta para este fim, cuja indicação caberá à **Diretoria de Orçamentos da SEPM – DOr**, bem como a adoção das medidas administrativas para efetuar os pagamentos devidos aos respectivos beneficiários.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Compromete-se a CEDAE a realizar o repasse dos recursos financeiros correspondentes à execução dos turnos adicionais remanescentes da celebração do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Os valores constantes das alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" e "i", do **caput** e do **Parágrafo Segundo** desta Cláusula são fixados pelo



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



**DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 03 DE ABRIL DE 2012, alterado pelo DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018 e pelo art. 1º do DECRETO ESTADUAL Nº 46.646, DE 02 DE MAIO DE 2019, e incidirão nas mesmas alterações revistas pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro ao presente Decreto.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUSPENSÃO DO PROEIS POR ATRASO NO REPASSE DE VERBA**

A Cláusula Quinta do Termo de Cooperação celebrado através do Processo Nº E-35/067/4/2019, em virtude da necessidade de inclusão de novo parágrafo buscando salvaguardar direito do policial militar, passa a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUINTA – DA SUSPENSÃO DO PROEIS POR ATRASO NO REPASSE DE VERBA**

Em caso de atraso no repasse do pagamento do PROEIS pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, compete ao Coordenador da CPROEIS a adoção da aplicação dos procedimentos previstos para suspensão e restabelecimento dos eventos, conforme estabelece a PORTARIA/PMERJ Nº 750 DE 24 MARÇO DE 2017, cabendo ao Coordenador da CPROEIS decidir pela continuidade de lançamento de novos eventos no sistema do PROEIS mesmo após a quitação dos débitos em caso de reincidência.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O Coordenador da CPROEIS adotará as medidas previstas nesta Cláusula, decorridos 05 (cinco) dias úteis do efetivo recebimento do Relatório Mensal do Programa – RMEP que não houver sido quitado.

**CLAUSULA QUARTA- DA FORMA DE POLICIAMENTO**

A Cláusula Oitava do Termo de Cooperação celebrado através do Processo Nº E-35/067/4/2019, em virtude da necessidade de inclusão de dois parágrafos para melhor adequação das necessidades do serviço, passa a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE POLICIAMENTO**

A forma de policiamento no âmbito do PROEIS observará o estipulado nesta Cláusula a fim de dar maior efetividade ao policiamento e resguardar a integridade do policial militar no desempenho da função.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Toda e qualquer forma de policiamento será executada com no mínimo 2 (dois) policiais militares, salvo autorização em contrário, por escrito, da Coordenadoria do PROEIS, após avaliação "in loco" feita, através de levantamento operacional que indique garantias para execução do serviço por efetivo menor que o previsto neste Parágrafo.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CEDAE poderá deslocar o policiamento de modo a atender melhor suas necessidades desde que o local de remanejo tenha sido objeto de Levantamento Operacional, devendo informar de forma prévia à CPROEIS sobre os deslocamentos com o prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No policiamento onde for disponibilizado o uso de viatura pela CEDAE, através de instrumento próprio firmado junto a SEPM, para empenho nas atividades objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, aplicar-se-ão as normas vigentes na SEPM quanto ao uso de viaturas, devendo a condução da viatura ser feita de forma exclusiva por policiais militares.

**PARÁGRAFO QUARTO:** No policiamento onde for disponibilizado o uso de veículo de forma diversa do estipulado no parágrafo anterior caberá a CEDAE indicar um preposto para condução do veículo estando facultado ao policial militar assumir a direção sem ônus por qualquer manutenção ou avarias que por ventura ocorra, ainda, devendo os veículos estarem em bom estado de conservação, ostentando identificação do PROEIS, equipados com giroscópio e sinaleira, além de todos os demais equipamentos obrigatórios previstos no CTB e atendendo a todas as especificações quanto a padronização do grafismo de viatura utilizada no PROEIS, conforme estipulado no Bol. PM nº 107 de 11 de junho de 2021.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O veículo disponibilizado para uso no PROEIS, PROESP e POEp nos moldes do parágrafo anterior somente poderá ser usado em atividades do programa, com a presença de policial militar escalado para o serviço nas atividades do Partícipe.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

A Cláusula Décima Segunda em seu Parágrafo Primeiro do Termo de Cooperação celebrado através do Processo Nº E-35/067/4/2019, em virtude da necessidade de adequação de prazo para suspensão das atividades, passa a ter a seguinte redação:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** poderá ser rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas Cláusulas ou Condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável e, particularmente, quando constatada as seguintes situações:

- a) Utilização de recursos em desacordo com o **PLANO DE TRABALHO**;
- b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666/93;
- c) Falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos;

*[Handwritten signature]*





GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



- d) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- e) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- f) A ausência de repasse financeiro por parte da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Constatada ausência de repasse financeiro por parte da **CEDAE**, que deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil após a devida atestação prevista nos Parágrafos Nono e Décimo da Cláusula Quarta, o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** terá suas atividades suspensas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** poderá ser denunciado por quaisquer dos partícipes, mediante comunicação escrita às demais, com antecedência de 30 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica definido que, em caso de mudanças supervenientes em qualquer **Legislação Federal, Estadual e Municipal**, assim como no caso de eventos imprevisíveis, que possam afetar, direta ou indiretamente, a execução dos deveres assumidos pelos partícipes, as mesmas se comprometem a renegociar os termos deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, através de Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Em caso de denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A rescisão do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

A Cláusula Décima Sétima do Termo de Cooperação celebrado através do Processo Nº E-35/067/4/2019, que tratava da competência do foro para dirimir ocasionais litígios, passa a versar sobre o tratamento e proteção de dados pessoais, em virtude da necessidade de adequação com as legislações pátrias vigentes, passa a ter a seguinte redação:

#### **CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Os Partícipes se comprometem a observar e cumprir as normas de proteção de **Dados Pessoais**, sobretudo as disposições da Lei nº 13.709/2018 e seus conjuntos de normativos, e ainda, declaram e garantem:





GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



- (a) Que compartilharão dados pessoais entre si, exclusivamente para a finalidade de execução deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, cabendo a cada um as responsabilidades específicas previstas na legislação aplicável;
- (b) Que os Partícipes não poderão, salvo com prévia, expressa e específica autorização formal, transferir a terceiros, ou com eles compartilhar, quaisquer dados pessoais para finalidades alheias à execução deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, bem como não poderão compartilhar responsabilidades que caibam a si com base neste **TERMO DE COOPERAÇÃO** ou na legislação aplicável;
- (c) Que o Partícipe responsável pela coleta dos **Dados Pessoais** por força do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, garante que os Dados Pessoais serão coletados de acordo com as hipóteses de Tratamento autorizadas nas normas aplicáveis, com coleta de consentimento sempre que necessário, e que o Titular foi informado do compartilhamento de seus Dados Pessoais, antes de transferi-los à parte receptora;
- d) No caso de uma demanda envolver acesso a **Dados Pessoais**, requerer tramitação sob regime de segredo de Justiça, bem como que qualquer demanda deverá ser precedida de esforço de composição amigável por meio de mediação extrajudicial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** São responsabilidades dos Partícipes compartilhar entre si, para Tratamento respectivo, os **Dados Pessoais** necessários à execução do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, bem como mantê-los corretos e atualizados, no limite de seu conhecimento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Cumpre aos Partícipes observar as seguintes disposições finais desta cláusula:

I – Definições: A terminologia empregada neste **TERMO DE COOPERAÇÃO** observa as definições previstas i) na legislação sobre proteção de **Dados Pessoais**, especialmente na Lei federal n. 13.709, de 14.08.18, ii) em normas técnicas ISO ou ABNT especializadas, e nas normas de proteção de **Dados Pessoais** aplicáveis ao presente;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO**

A Cláusula Décima Oitava do Termo de Cooperação celebrado através do Processo Nº E-35/067/4/2019, que antes tratava da publicação e controle, agora disporá sobre a política anticorrupção, em virtude da necessidade de adequação com as legislações pátrias vigentes, passa a ter a seguinte redação:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO**

Os Partícipes se obrigam, sob as penas previstas no **TERMO DE COOPERAÇÃO** e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, assim como



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



as normas e exigências constantes das políticas internas do Poder Executivo Estadual, e, ainda, declara e garante que:

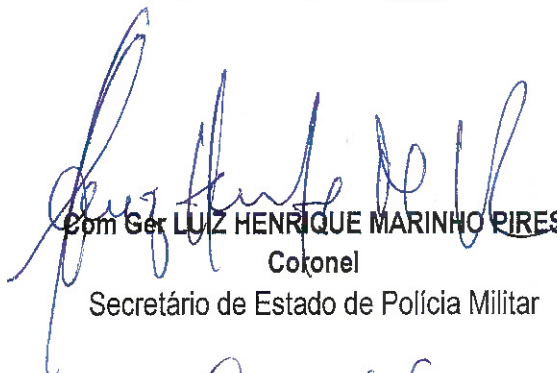
Não pratica atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, devendo atuar em conformidade com a legislação aplicável.

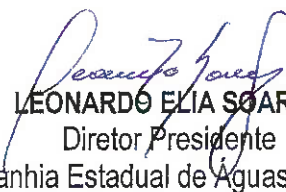
#### CLÁUSULA OITVA - DA RATIFICAÇÃO


Ficam ratificadas as demais CLÁUSULAS do **TERMO DE COOPERAÇÃO Nº E-35/067/4/2019**.

Por estarem, assim de acordo quanto ao que se estipula, firmam o presente **2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO** em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2021.

  
**Com Ger LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**  
Coronel  
Secretário de Estado de Polícia Militar

  
**LEONARDO ELIA SOARES**  
Diretor Presidente  
Companhia Estadual de Águas e Esgotos

  
**Pedro Henrique Alves Pereira**  
Assessor - DPR-16  
Reg.: 8-000941-8 - CEDAE



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO



Testemunhas:

1 – Paulo 819.565.417-72 (nome/CPF)

2 – Márcio Azevedo 882279447-87 (nome/CPF)

*Paulo*

## PLANO DE TRABALHO

### 1. DAS RAZÕES QUE JUSTIFICAM A CELEBRAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº E-35/067/4/2019.

- O **TERMO ADITIVO** proposto se justifica em razão prorrogação por mais 12 (doze) meses do **TERMO DE COOPERAÇÃO** e da necessidade de conjugar esforços visando à execução de operações e ações próprias à **CEDAE**, sendo para tanto, necessário o emprego de policiais militares.
- A intervenção policial se faz necessária não só em razão do maior poder de repressão conferido ao policial militar, mas principalmente pelo aspecto preventivo, dado o inegável respeito e sensação de segurança imposta pela instituição.

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO.

#### Premissas:

- Estabelecimento de um cronograma físico-administrativo e financeiro para as atividades a serem executadas dentro das condições estabelecidas no **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- Implantação em curto prazo, não superior a 30 (trinta) dias da data da assinatura do **1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO**, compreendendo a adequação das medidas técnicas e administrativas necessárias para implementação da proposta de policiamento nas ações de apoio a **CEDAE**, nas missões inerentes e delegadas à **SEPM**.

#### Detalhamento:

- As atividades desenvolvidas pelos policiais militares são aquelas previstas na **Legislação Federal e Estadual** referente ao policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública nas áreas de abrangências e de responsabilidades da **CEDAE**.
- A estimativa inicial do número de policiais militares envolvidos é de até **248** (duzentos e quarenta e oito) policiais militares por mês, podendo tal efetivo ser ampliado ou reduzido em razão da expansão ou retração do programa objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- O policial militar do serviço ativo fará jus à gratificação ao ser escalado para atuar na atividade operacional objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, segundo os critérios definidos pela **LEI ESTADUAL Nº 6.162, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012**, pelos artigos 4º e 6º do **DECRETO**





**ESTADUAL Nº 42.875, DE 15 DE MARÇO DE 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**, pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 03 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018** e pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 46.646, DE 02 DE MAIO DE 2019**, bem como pelas disposições do **TERMO DE COOPERAÇÃO** e deste **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar por meio de Diretriz específica.

- Os critérios de cálculo da gratificação dos policiais empregados nas atividades integrantes do **TERMO DE COOPERAÇÃO** obedecerão aos seguintes valores:

- a) R\$ 555,16 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- b) R\$ 370,10 (trezentos e setenta reais e dez centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- c) R\$ 277,58 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- d) R\$ 444,12 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- e) R\$ 296,08 (duzentos e noventa e seis reais e oito centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- f) R\$ 222,26 (duzentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- g) R\$ 333,09 (trezentos e trinta e três reais e nove centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- h) R\$ 222,06 (duzentos e vinte e dois reais e seis centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- i) R\$ 166,55 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) por turno de 06 (seis) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades.

- Ao valor do turno pago aos policiais militares do serviço ativo escalados para atuarem na atividade operacional objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:

- a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia;
- b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- Os policiais militares que estiverem diretamente envolvidos nas funções de Coordenação ou Fiscalização dos policiais militares empregados nas atividades objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, perceberão gratificação nos termos do **DECRETO ESTADUAL Nº 42.875 DE 15 DE MARÇO DE 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**, DO **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 03 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018** e pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 46.646, DE 02 DE MAIO DE 2019**, bem como pelas disposições do **TERMO DE COOPERAÇÃO** e deste **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar, cabendo a Coordenadoria do PROEIS a distribuição dos turnos dentro dos níveis A, B, C.
- Ao valor do turno pago aos policiais militares envolvidos nas funções de coordenação ou fiscalização dos policiais empregados nas atividades objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:
  - a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia;
  - b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.
- Serão acrescidos ao Relatório Mensal do Programa até **24** (vinte e quatro) turnos adicionais de 12 (doze) horas, a fim de custear as demandas administrativas/operacionais e atividades de fiscalização e controle da **SEPM**, decorrentes exclusivamente do cumprimento do objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- Caberá a **CEDAE** arcar com as despesas decorrentes do referido pagamento de gratificação dos policiais militares empenhados no serviço.
- O repasse de verba destinada ao pagamento da gratificação deverá ocorrer até o **5º** (quinto) dia útil do mês subsequente ao do serviço realizado, com depósito em conta corrente indicada pela **Diretoria de Orçamentos da SEPM – DOr**, observado o disposto na **CLÁUSULA QUARTA** do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- Caberá a **SEPM** efetuar o pagamento dos policiais militares empenhados, tão logo se dê o depósito em conta corrente dos valores indicados no item anterior deste **PLANO DE TRABALHO**.
- A participação policial militar é voluntária podendo ser extensiva a todos os militares do serviço ativo nas Organizações Policiais Militares.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- Não será considerada como emprego decorrente do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** a continuidade do turno de serviço, em decorrência da rotina operacional.
- O emprego na atividade será ininterrupto, com a jornada de cada policial militar empregado na atividade sujeita ao limite de 12 (doze) horas diárias, não sendo ultrapassado o teto de 96 (noventa e seis) horas mensais individuais, para efeito de pagamento da gratificação por desempenho da atividade delegada, dentro do mês considerado.
- Em situações de extrema necessidade de preservação da ordem pública local ou geral, a critério do **Secretário de Estado de Polícia Militar**, o emprego do policial militar poderá ser suspenso até o retorno da normalidade.
- Os critérios de seleção, confecção e controle das Escalas de Serviço dos policiais militares empenhados no **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão aqueles especificados pelo comando da **SEPM**.
- Para efeito de atendimento absoluto às diversas peculiaridades e necessidades dos serviços a serem prestados à **CEDAE**, pela **SEPM**, aqueles policiais militares que, por ventura, se atrasarem para assumir os turnos indicados, por tempo superior a 15 (quinze) minutos, e sob qualquer alegação, estarão automaticamente dispensados daquele turno, sem ônus financeiro para **CEDAE**, independentemente de outras medidas a serem adotadas pelo **Comando da SEPM**.
- A **CEDAE**, disponibilizará, após avaliação da Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública, e de acordo com a necessidade do serviço e sua capacidade de recurso, de equipamentos portáteis de comunicação para o efetivo emprego no **TERMO DE COOPERAÇÃO**, objetivando melhor otimização das missões a ele delegadas.
- A distribuição do efetivo empenhado no **TERMO DE COOPERAÇÃO** levará sempre em consideração as questões atinentes às necessidades apresentadas pelo serviço, bem como as de segurança dos policiais militares, consideradas as peculiaridades de toda a área de atuação da **CEDAE**, e sempre em conformidade com as deliberações da **Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública** e do **Comando da SEPM**.
- Serão definidos pela **CEDAE** os locais de reunião do efetivo a ser empregado nos serviços diários a serem cumpridos no **TERMO DE COOPERAÇÃO**, objetivando as necessárias medidas administrativas à mesma e a **SEPM**.



- Nos turnos em que os policiais militares empenhados no **TERMO DE COOPERAÇÃO** não tiverem como regressar face o encerramento dos serviços prestados pela **CEDAE**, ao local de reunião indicado pela **CEDAE** para distribuição do efetivo, e ao seu término, esta disponibilizará o transporte necessário para tal.
- Elaborada e publicada a Escala de Serviço, esta passará a ser obrigatória para o policial militar, sujeitando-o às sanções administrativas, penais ou penais militares que sua escusa implicar.
- Ao final de cada mês, a **SEPM** deverá enviar relatório com a identificação dos policiais militares e suas respectivas cargas horárias para conhecimento e controle dos escalões superiores, bem como o envio à **COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DE ATIVIDADES DE ORDEM PÚBLICA**.
- No caso do processamento do pagamento, a **Diretoria de Orçamento – DOr da SEPM**, naquilo que lhe couber, viabilizará os ajustes necessários para a rotina de pagamento, bem como as medidas de auditoria e controle.
- Ao encerramento de cada mês, será gerada uma planilha com o número de turnos realizados por cada policial militar no respectivo período e os montantes devidos pelo emprego de cada um dos integrantes do efetivo disponibilizado e que efetivamente for utilizado pela **CEDAE** naquele período, sem obrigatoriedade de utilização de efetivo da **SEPM** ou vinculação de pagamento mínimo obrigatório em caso de não utilização do efetivo policial militar.
- Quando a **CEDAE** utilizar efetivo policial militar em qualquer proporção será devidos os turnos para custeio das demandas administrativas, operacionais e de atividades de fiscalização e controle, que serão pagos nos níveis A, B e/ou C, em consonância com o total de turnos utilizados, de acordo com a demanda e seguindo critérios da Coordenadoria do PROEIS.
- A **CEDAE**, com antecedência de até **15** (quinze) dias, deverá informar qualquer novo(s) local(is) onde por ventura for implementado o emprego do efetivo policial militar para que seja feito o Levantamento Operacional pela OPM responsável pela área, bem como para otimizar a supervisão da **CPROEIS**.

### 3. METAS A SEREM ATINGIDAS.

- Intensificar o policiamento ostensivo na Estação de Tratamento de Água da **CEDAE**, visando prevenir a ocorrência de crimes e contravenções penais, possibilitando assim o aumento da

*[Handwritten signatures and initials]*



sensação de segurança a todos os usuários, funcionários e prestadores de serviço que por elas transitam e atuam.

#### 4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

- A CEDAE efetuará, mensalmente, o repasse da verba destinada ao pagamento da **Gratificação Especial Temporária**, devida aos policiais militares empregados na execução do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, na conta corrente que for previamente indicada, observando o disposto na sua **Cláusula Quarta**.
- Em até 30 dias da assinatura do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, tal modalidade será implementada, por período determinado, a fim de avaliar o impacto e adequação das rotinas administrativas e operacionais.

#### 5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS.

- O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** prevê o repasse de verbas entre os Partícipes, a qual será utilizada exclusivamente para o pagamento de **Gratificação Especial Temporária – GET/PROEIS** aos policiais militares que participarem do programa objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- O custo mensal estimado, considerando o número total de turnos a serem contratados que poderá chegar até **272** (duzentos e setenta e dois) turnos de 12 (doze) horas por mês nas atividades objeto do presente Plano de Trabalho, já incluídos até **24** (vinte e quatro) turnos de 12 (doze) horas que serão utilizados para atender demandas administrativas, operacionais e atividades de fiscalização e de controle decorrentes do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, tem valor máximo de até **R\$ 100.256,48** (cem mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos), sendo o valor global relativo ao total de **12** (doze) meses de vigência do **TERMO DE COOPERAÇÃO** de até **R\$ 1.203.077,76** (um milhão, duzentos e três mil, setenta e sete reais e setenta e seis centavos), conforme a tabela a seguir:

Posto/Graduação	Efetivo Diário	Dias Mês	Efetivo Mensal	Valor por Turno	Valor Total
				<b>12 HORAS</b>	
				R\$ 333,09+R\$ 35,50=	
Praça	08	31	248	<b>R\$ 368,59</b>	R\$ 91.410,32
Turnos Operacionais		Até <b>24</b> (vinte e quatro) turnos/mês de 12 (doze) horas ou equivalente em turnos de 06 (seis) e 08 (oito) horas, desde que não ultrapasse o limite máximo, que serão pagos nos níveis A, B e/ou C, em consonância com o total de turnos utilizados, de acordo com a demanda e seguindo critérios da Coordenadoria do PROEIS -			

*Mas* £

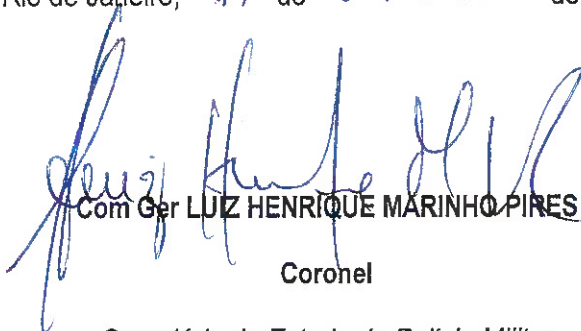
*[Handwritten signature]*

	CPROEIS que podem chegar ao total de até <b>R\$ 8.846,16</b> (oito mil oitocentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos).	
Valor máximo a ser repassado mensalmente à <b>SEPM com turnos administrativos</b>		<b>R\$ 100.256,48</b>
Valor global máximo do <b>TERMO DE COOPERAÇÃO</b>		<b>R\$ 1.203.077,76</b>

6. **PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO.**

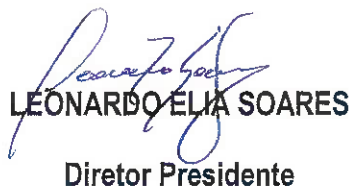
A adoção das providências de implantação e operacionalização será exequível a partir da assinatura do presente **1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO**, tendo seu início e finalização, na vigência deste Acordo.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2021.



Com Ger **LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**  
Coronel

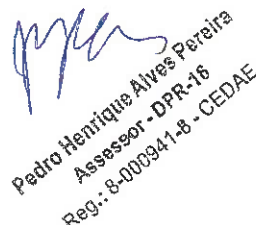
Secretário de Estado de Polícia Militar



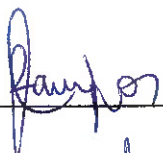

**LEONARDO ELIA SOARES**  
Diretor Presidente

Companhia Estadual de Águas e Esgotos

Testemunhas:



Pedro Henrique Alves Pereira  
Assessor - DPR-16  
Reg.: 8-000941-8 - CEDAE

- 1-  CPF: 819.565.417-72
- 2- Márcio Menezes  CPF: 882.279.447-87



## GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16.0026 - SEI: 338028/2016-2 - CONTRATANTES: CAERN / M. OBJETO: A adequação com reflexo financeiro positivo para o contrato cujo objeto é a execução de obras complementares no Sistema de Esgotamento Sanitário de Macaíba/RN. DO VALOR: As alterações resultam no aumento do valor do contrato na importância de R\$ 2.524.520,11 (dois milhões, quinhentos e vinte e quatro mil quinhentos e vinte reais e onze centavos). VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura. VALIDADE: Após Publicação no Diário Oficial do Estado - DOE e no Diário Oficial da União. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 65, I, "b", § 1º, da Lei nº 8.666/93.

### SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA

### EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

### EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº03410009002044/2021-75- EMPARN - CONTRATO Nº 110/2021 - EMPARN - Contratante: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. - EMPARN. Contratada: STRADA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - EPP. Objeto: aquisição de uma Caminhonete cabine dupla Modelo/Ano de fabricação 2021 ou superior. Zero quilômetro. 4 portas laterais, pintura na cor prata metálica, tração 4x4, transmissão automática de no mínimo 5 marchas à frente e uma ré, motorização mínima 2,0, motor a diesel, no mínimo 175CV, injeção eletrônica, ar condicionado, rádio AM/FM/MP3/USB/Bluetooth. Conforme o edital, seus anexos e proposta da CONTRATADA. O valor do presente contrato é de R\$ 238.900,00 (duzentos e trinta e oito mil e noventa reais). O prazo é 12 (doze) meses. Fundamentação legal: Contratação celebrada com base no resultado do pregão eletrônico nº 010/2021-EMPARN de acordo com a Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016. Lei 10.520 de 17 de julho de 2002. Dotação orçamentária - Convênio de Cooperação Técnica e Financeira EMBRAPA/EMPARN nº 10200.12/0223-1 registrado no SICONV sob o nº 776.804/2012. Recursos próprios e Tesouro Estadual. Parnamirim/RN, 10 de novembro de 2021. Assinaturas: RODRIGO OLIVEIRA MARANHÃO, Diretor Presidente da EMPARN e JOÃO AURÉLIO DINIZ, pela empresa STRADA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - EPP.

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2021

DATA: 23/11/2021 - PROJETO GOVERNO CIDADÃO - 8276-BR. O Governo do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN, torna público às empresas interessadas que realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2021, ID 184 GO, Processo nº 00210066.001144/2021-02, destinado a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E LABORATORIAIS PARA O HOSPITAL DA MULHER/ MOSSORÓ, no dia 14 de dezembro de 2021, às 09:00 horas, (horários de Brasília-DF), através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) sob o número 898800.

O Edital encontra-se disponível no referido site do Banco do Brasil e no [www.governocidadao.rn.gov.br](http://www.governocidadao.rn.gov.br). Esclarecimentos necessários estarão disponíveis no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e na Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação do Governo do Estado, localizada na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, Centro Administrativo do Estado, BR 101, km D, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP: 59.064-901 - Tel: 84 3232.1964, ou ainda através do e-mail: [pegovernocidadao@gmail.com](mailto:pegovernocidadao@gmail.com).

LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA  
Pregoeiro

## GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

### EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: CHAMADA PÚBLICA; CONTRATADA; PROJETO; VALOR; DATA DO CONTRATO / PR-04.255; Coinvestimentos Regionais/2018; Produtora Néctar Digital Ltda; Avá Warrior; R\$ 125.000,00; 10/11/2021 / PR-04.207; Coinvestimentos Regionais/2018; Ori Imagem e Som Produção Cinematográfica Eireli; Um Percorso sobre o Corpo e a Ancestralidade; R\$ 370.000,00; 14/10/2021 / PR-04.218; Suporte Automático; Ori Imagem e Som Produção Cinematográfica Eireli; Vovo Cidi vai ao Benim; R\$ 300.000,00; 20/10/2021 / PR-04.251; Suporte Automático; Conspiração Filmes Entretenimento 3ª Milênio Ltda; Sem Filtro; R\$ 2.174.047,29; 11/11/2021 / PR-04.263; Prodev 08/2018; Produtora Filmes do Rio de Janeiro Ltda; Teófilo Ottoni; R\$ 750.000,00; 18/11/2021 / PR-04.215; Prodev 07/2015; O2 Cinema Ltda; Marighella; R\$ 300.000,00; 19/10/2021 / PR-04.238; Coinvestimentos Regionais/2018; Estalo Criativo Ltda; Lar; R\$ 399.000,00; 05/11/2021 / PR-04.213; Suporte Automático; Okna Produções Culturais Ltda; Alto Uruguai; R\$ 60.189,94; 19/10/2021 / PR-04.209; Coinvestimentos Regionais/2018; E.N. Khouri Produções Cinematográficas - Me; Isso não é Arte; R\$ 75.000,00; 15/10/2021 / PR-04.231; Arranjos Regionais/2017; Filmm Produção Audiovisual Eireli; Daniel; R\$ 92.826,00; 29/10/2021 / PR-04.225; Coinvestimentos Regionais/2018; Rosza Filmes Produções Ltda Me; As Flores do Recôncavo; R\$ 909.750,00; 25/10/2021 / PR-04.237; Coinvestimentos Regionais/2018; Arapy Produções Ltda; Crisálida - 2ª Temporada; R\$ 2.000.000,00; 03/11/2021.

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O PRESIDENTE DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, no uso de suas atribuições, notifica a 3 MOINHOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI-ME, CNPJ 10.615.584/0001-63, bem como sua sócia ANA ALICE SANTANA DE MORAIS MELO, para ciência do Despacho Decisório de Prestação de Contas nº23-E 2021 SEF SPR relativo ao projeto ROSA AO AVESSO, Contrato FSA/BRDE DG-00.996 SALIC 16-8112 - Processo 01416.000994/2016-11.

A contar da data da efetivação desta notificação, a empresa terá 30 (trinta) dias para recolhimento integral do débito ou apresentação de recurso. Poderá ser concedido parcelamento do débito, desde que sejam atendidas as exigências contidas na legislação. Na ausência de recolhimento integral do débito atualizado, os nomes das pessoas físicas e/ou jurídicas responsabilizadas poderão ser inscritos no CADIN no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, em conformidade com os ditames da Lei nº 10.522/2002 e do inciso I do art.15 da Instrução Normativa TCU nº71/2012. Para consulta ao referido processo, os responsáveis devem entrar em contato através do email [spr@ancine.gov.br](mailto:spr@ancine.gov.br).

Em 23 de novembro de 2021.  
WILSON BLEY IPSKI  
Diretor-Presidente BRDE

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O PRESIDENTE DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO-SUL (BRDE), no uso de suas atribuições, notifica a EMPRESA B2 PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, CNPJ 02.993.488/0001-20, bem como seus sócios MARIA EDUARDA BRESSAN BÜRGER e DARCY BÜRGER JUNIOR, para ciência do Despacho Decisório de Prestação de Contas nº 132-E/2020/SEF/SPR relativo ao projeto OS

PROGRAMAS DE AUDITÓRIO NA TELEVISÃO, Contrato FSA/BRDE DG-00.286/SALIC 14-7073 - Processo 01580.027440/2014-05.

A contar da data da efetivação desta notificação, a empresa terá 30 (trinta) dias para recolhimento integral do débito ou apresentação de recurso. Poderá ser concedido parcelamento do débito, desde que sejam atendidas as exigências contidas na legislação. Na ausência de recolhimento integral do débito atualizado, os nomes das pessoas físicas e/ou jurídicas responsabilizadas poderão ser inscritos no CADIN no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, em conformidade com os ditames da Lei nº 10.522/2002 e do inciso I do art.15 da Instrução Normativa TCU nº71/2012. Para consulta ao referido processo, os responsáveis devem entrar em contato através do email [spr@ancine.gov.br](mailto:spr@ancine.gov.br).

Em 23 de novembro de 2021.  
WILSON BLEY IPSKI  
Diretor-Presidente BRDE

## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 314/21 - DEGECE/SULIC - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 052/20 - DEGECE/SULIC; Partes: CORSAN e CONSÓRCIO CONSTER CLS - SES SANTA MARIA; Edital de Rito Ordinário nº 055/19 - SULIC/CORSAN; Objeto do Contrato: Execução das obras das redes coletoras e ramais prediais dos bairros Jockey Club, Pinheiro Machado, Medianeira, Alegria, Parque Dom Antônio Reis, Vila Tomaz, elevatórias de esgoto bruto EEB1, EEB2, EEB3, EEB8, EEB9 e emissários para ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Santa Maria/RS; Objeto do Aditivo: o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato dos materiais em PVC e PVC-O para a medição de janeiro de 2021; Valor: R\$ 2.310.316,51; Recursos: PAC II CEF

### EXTRATO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 127/21 - DEGECE/SULIC - Termo de Contrato nº 023/17 - DEGECE/SULIC; Partes: CORSAN e CRIVELATTI ENGENHARIA LTDA; Edital de Concorrência nº 042/16 - SULIC/CORSAN; Objeto do Contrato: Ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Araucária do município de Passo Fundo; Objeto do Apostilamento: a prorrogação dos prazos de execução e vigência pelo período de 295 dias a contar respectivamente de 04/08/2021 e 02/11/2021; Recursos: CEF. Superintendência de Licitações e Contratos - SULIC

## SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÕES

### AVISOS DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 919/2021

Objeto: Móveis/estofados/componentes em geral. Abertura dia 07/12/2021, às 09h, Processo 21/1300-0009513-6. Os dados necessários da referida licitação estão disponíveis nos sites [www.compras.rs.gov.br](http://www.compras.rs.gov.br) e [www.celc.rs.gov.br](http://www.celc.rs.gov.br). PREGÃO ELETRÔNICO 0922/2021

Objeto: Registro de preços de equipamentos/materiais de segurança e proteção. Abertura dia 07/12/2021, às 09h, Processo 21/1300-0007091-5. Os dados necessários da referida licitação estão disponíveis nos sites [www.compras.rs.gov.br](http://www.compras.rs.gov.br) e [www.celc.rs.gov.br](http://www.celc.rs.gov.br).

Porto Alegre/RS, 23 de novembro de 2021.  
MARINA FASSINI DACROCE  
Subsecretária CELIC/SPGG

## GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Termo de COPEACÃO TÉCNICA Nº E-35/067/4/2019. PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o GOVERNO DO ESTADO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR. OBJETO: "Alteração das cláusulas 4ª, 5ª, 8ª, 12ª, 11ª, a inclusão de duas novas cláusulas e a prorrogação do prazo". PRAZO: 12(dozes) meses. VALOR: R\$ 1.203.077,76 (um milhão, duzentos e três mil, setenta e sete reais e setenta e seis centavos) DATA DE ASSINATURA: 17/10/2021. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.184/2019.

## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2021/DPE-RO

Pregão Eletrônico nº 022/2021/CPL/DPE/RO, Processo Administrativo nº 3001.1348.2019/DPE-RO/DPE-RO. Contratante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Contratada: RALSON M. LIMA EIRELI ME Objeto: fornecimento de móveis de escritório para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia- Convênio nº 250/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ (840970/2016-MJ). Valor do contrato: R\$ 9.080,00. Vigência: 12 meses, contados da assinatura do contrato. Fundamento legal: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei 8.078/1990, Lei Estadual nº 2.414/2011, pelos Decretos Estaduais nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017. Signatários: pela contratante, HANS LUCAS IMMICH, e, pela contratada, Ralson Marques Lima. Data da assinatura: 04/11/2021.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2021/DPE-RO

Pregão Eletrônico nº 023/2021/CPL/DPE/RO, Processo Administrativo nº 3001.0529.2019/DPE-RO/DPE-RO. Contratante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Contratada: SILVANE CRISTINA DOS SANTOS VICENTE - ME Objeto: fornecimento de móveis de escritório para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia- Convênio nº 250/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ (840970/2016-MJ). Valor do contrato: R\$190.512,00. Vigência: 12 meses, contados da assinatura do contrato. Fundamento legal: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei 8.078/1990, Lei Estadual nº 2.414/2011, pelos Decretos Estaduais nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017. Signatários: pela contratante, HANS LUCAS IMMICH, e, pela contratada, Silvane Cristina dos Santos Vicente. Data da assinatura: 19/11/2021.

## SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI

### AVISO DE ALTERAÇÃO

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO, EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP Pregão Eletrônico Nº. 571/2021/ALFA/SUPEL/RO. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM Processo: 0021.323606/2021-13 Objeto: Aquisição de Aeronave Remotamente Pilotada - RPA (DRONE) para o 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Rondônia. Valor Estimado: R\$ 16.303,84.

Data de Abertura: 03/12/2021 às 09h00min (horário de Brasília - DF). Endereço Eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel). Outras informações através do telefone: (069).3212-9264.

Porto Velho-RO, 19 de novembro de 2021.  
IAN BARROS MOLLMAN  
Pregoeiro

